



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI GONÇALO DE AZEVEDO

PROJETO CURRICULAR¹

Documento de orientação e organização curricular e pedagógica

Ano letivo 2024/25

Parecer favorável do Conselho Pedagógico em 17.07.2024

¹ O Projeto Curricular integra o Regulamento Interno do Agrupamento



Aprovado pelo Conselho Geral em : 18.07.2024

Índice

ENQUADRAMENTO	3
OPÇÕES CURRICULARES	4
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	7
OFERTA FORMATIVA	7
AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS	8
ANEXOS.....	8
Anexo 1 – Instrumentos de gestão e organização curricular	8
Anexo 2 – Matrizes curriculares.....	8
Anexo 3 – Planificadores	8
Anexo 4 – Estratégia de Educação para a Cidadania	8
Anexo 5 – Critérios de avaliação	8
Anexo 6 – Programa de enriquecimento curricular e apoio à família.....	8
Anexo 7 – Projeto I - Centros de Apoio às Aprendizagens (CAA).....	8
Anexo 8 – Plano de ação para o desenvolvimento digital da Escola (PADDE)	8
Anexo 9 – Projeto de desporto escolar	8
Anexo 10 – Guião para elaboração de um PCT	8
Anexo 11 – Lista de verificação – PCT	8
Anexo 12 – Modelo registo PCT	8
Anexo 14 – Modelo para definição das aprendizagens estruturantes e perfis	8
Anexo 15 – Tutorias	8
Anexo 16 – Modelo de guião das assembleias de turma	8
Anexo 17 – Linhas orientadoras do PES	8
Anexo 18 – EMAEI - Regimento	8
GLOSSÁRIO	8
Referências bibliográficas.....	10

A rutura de paradigma acontece quando o Currículo deixa de ser “pronto-a-vestir de tamanho único” (Formosinho, 1987), totalmente centralizado e padronizador, dirigido ao aluno médio e abstrato. **Exige-se agora um Currículo aberto, flexível, dinâmico e sensível às vozes dos maiores interessados: os alunos na sua diversidade. Exige-se agora um Currículo promotor de aprendizagens multi/interdisciplinares, com base em trabalho de colaboração profissional, em torno de problemas concretos, de projetos que mobilizem conhecimentos, capacidades, atitudes e valores éticos, enquanto combinações complexas para o desenvolvimento de competências. Todavia, é preciso acentuar que o desenvolvimento de competências não vem de forma alguma desvalorizar o conhecimento, nem minorizar o estudo, numa lógica de facilitismo. Está aqui em causa o conhecimento poderoso (Young, 2007a, 2007b, 2010), aquele que empodera o sujeito, encarado como sujeito ativo, com autonomia e iniciativa própria.**

E porque é chamado a construir projetos educativos e projetos curriculares de escola e de turma (Abrantes, 2001), o professor tem de ser agora o investigador social numa abordagem a dois níveis: macro e micro.

Ao nível macro, o professor construtor do Currículo já não é só o técnico, mas um profissional, que tem de estar bem fundamentado teoricamente, com a prática baseada em investigação. Isto exige uma atitude sistémica, que considere o Currículo de forma crítica na sua interação com outros sistemas (político, ideológico, económico, cultural, religioso, etc.) (Paraskeva, 2021; Sousa & Rodrigues, 2022).

Por outro lado, a um nível micro, ele tem de conhecer bem o ambiente em que atua, a sua escola, a(s) sua(s) turma(s), encarando-as como comunidades culturais, formadas por sujeitos fenomenológicos, com suas próprias histórias, origens e referências culturais. (...)

CNE, Recomendação n.º 5/2024, de 28-05-2024

ENQUADRAMENTO

Considerando:

1. o Projeto Educativo do agrupamento 2023-2027, enquanto 1.º nível de apropriação do currículo, assumido como projeto de continuidade e tendo por pano de fundo a ideia de *Escola e Comunidade, um Ecossistema a Consolidar: a escola como autêntica comunidade de aprendizagem/aprendizagem na comunidade, com destaque para o desenvolvimento e consolidação dos valores autonomia, conhecimento, liberdade e felicidade, ou seja, o exercício quotidiano da democracia;*
2. o Plano Curricular de Agrupamento (PCA) 2023-2024, na sua dimensão de 2.º nível de apropriação do currículo, o qual apresentava um conjunto de opções curriculares conjunturais, alinhadas com opções pedagógicas estratégicas de natureza estrutural e não indexadas a um só ano letivo;
3. a crença no papel crucial da escola pública na mitigação das desigualdades que afetam as crianças e jovens e se perpetuam na sociedade;
4. a convicção de que as opções pedagógicas estratégicas que vêm informando a política pedagógica no agrupamento, a saber,
 - a. A capacitação do aluno como agente no seu processo de aprendizagem
 - i. Aprendizagem significativa, que parte dos problemas que emergem da complexidade do mundo real
 - ii. Metodologia de *inquiry based learning* (IBL)
 - b. A preponderância da avaliação formativa ou avaliação para as aprendizagens (ApA) sobre a avaliação sumativa ou avaliação das aprendizagens (AdA)
 - i. Autorregulação do aluno
 - ii. Regulação das aprendizagens.

se afiguram ainda mais atuais e prementes no contexto atual nacional e internacional, procedeu-se a um balanço relativo à eficácia e eficiência das opções do PCA, para 2023-2024, a fim de tomar decisões quanto à sua continuidade ou descontinuidade.

Assim, são opções curriculares do AEFGA, no âmbito do seu plano curricular para 2024-2025, as que se seguem.

OPÇÕES CURRICULARES

1. Conclusão da definição de **perfis de ciclo** - afigura-se, neste contexto, necessária a conclusão da tarefa de definição dos perfis de aprendizagens por ciclo, utilizando para o efeito o modelo utilizado para a **identificação das aprendizagens estruturantes**, o qual inclui um quadro com os campos estabelecidos para o perfil de ciclo (Organizador; Aprendizagem(ns) estruturante(s); Descritores de desempenho; Níveis de desempenho)
2. Consolidação da rotina de utilização dos recursos disponibilizados pelo IAVE, designadamente os RIPA e REPA, com propósitos diagnósticos e sustentação de *feedback* de qualidade – utilização parcial ou total das provas, por grupos e/ou perguntas/domínios, de acordo com o domínio que, a dada altura, será trabalhado. Portanto, aplicação diferida de diversas partes das provas ao longo do ano e à medida das necessidades. A utilização destes recursos das diversas disciplinas e diversos anos/ciclos de ensino deverá constituir-se como rotina de avaliação diagnóstica, posto que se trata de instrumentos validados pelo Instituto de Avaliação Educativa (IAVE). Os links para acesso são os que se seguem:
 - a. <https://itenssa.iave.pt/index.php/basico>
 - b. <https://itenssa.iave.pt/index.php/secundario>
3. Continuação da utilização de rubricas de avaliação, preferencialmente construídas ou negociadas com os alunos, em qualquer caso, sempre exploradas com os alunos, tendo em vista a produção de *feedback* de qualidade.
4. Prossecução do Projeto, no âmbito da intervenção precoce - “Crescer Passo a Passo no Mundo das Palavras”. Iniciado na sua primeira fase no ano passado, procura avaliar as dimensões da linguagem, mais fortemente correlacionadas com a aprendizagem da leitura, de modo a constituir um instrumento de identificação de crianças em risco de poderem apresentar dificuldades em aceder à leitura e à escrita. É objetivo primeiro fornecer às educadoras informação útil para a orientação metodológica do seu trabalho, no sentido do desenvolvimento de competências emergentes de leitura e escrita. Assim, num primeiro momento, procede-se à aplicação do Teste de Identificação de Competências Linguística (T.I.C.L.E.) de Fernanda Leopoldina Viena, a todos os alunos do Pré-escolar que reúnam, à partida, as condições mínimas de entrada no 1º ano. Em seguida, disponibilizam-se, a cada uma das educadoras, estratégias e atividades de estimulação mais adequadas. No final, respeitando um tempo de latência, analisam-se todos os casos, para verificar a necessidade de aprofundar a avaliação já realizada, utilizando outra Bateria de Provas, a saber, Bateria de Avaliação de Competências iniciais para a Leitura e Escrita (BACLE) de Rafael Pereira e Rita Rocha.
5. Continuidade do Projeto – PIAF- “À entrada do 1º ano, será que partem todos nas mesmas condições?” Este projeto no âmbito da intervenção precoce, procura avaliar os pré-requisitos de entrada dos alunos de cada turma do 1º ano de todo o Agrupamento, criando uma “base line” de aprendizagem. Na primeira semana de aulas do ano letivo, procede-se à aplicação de uma Bateria de Provas, Pré-Escolar de M^a Victória de la Cruz, disponibilizam-se estratégias e atividades de estimulação e em seguida, respeitando um tempo de latência, procede-se à realização do reteste. O envolvimento dos pais e EE faz parte dos objetivos do Projeto, pelo que se realizam várias reuniões coletivas e individuais, partilhando os resultados desde o 1º momento, para em conjunto se delinear estratégias de reforço e estimulação, de carácter mais lúdico e afetivo.

6. Programa de **Tutorias** – a atribuição das tutorias deve atender aos critérios estabelecidos na tipologia de fragilidades identificadas - formulário Tutorias (Anexo 14) – e ter o acompanhamento dos conselhos de turma relativamente ao preenchimento rigoroso dos respetivos relatórios (Anexo 14).
7. Continuidade do Programa de Mentorias focado no desenvolvimento de conhecimentos e habilidades académicas para os alunos do ensino básico e do ensino secundário.
8. Investimento em **literacias diversas**
 - a. **Leitura e escrita** - Implementação do projeto *Escola a Ler, no âmbito do Plano Escolas+ 21/23 (Ministério da Educação, PNL e RBE), com o objetivo de desenvolver competências de leitura, melhorando a fluência e a compreensão leitoras, fazer do uso do livro, da leitura orientada e da escrita uma rotina diária/semanal em sala de aula e promover a literacia literária como instrumento para a fruição de textos gradativamente mais extensos e complexos, que garantam o gosto de ler e concorram para ultrapassar as lacunas diagnosticadas:*
 - ✚ Candidatura ao *Laboratório PNL* para apoio na formação de professores (com incidência no 1.º CEB)
 - ✚ Continuidade do Projeto 10 minutos a ler no âmbito do PNL2027 e Clubes de Leitura; - b. Investimento em **robótica e programação** no agrupamento mobilizando parcerias;
 - c. Oferta do ensino da Computação/Pensamento Computacional no 1.º CEB, em parceria com a Causas XXI, e no âmbito da Oferta Complementar no 6.º, 7.º, 8.º. e 9.º anos, considerando as virtualidades do treino deste tipo de pensamento nas suas dimensões de resolução de problemas e de construção de sistemas que permitem compreender e atuar sobre o mundo real, natural e social. Esta opção curricular – no 2.º e 3.º CEB - contará com uma parceria com a *Ensico* - Associação para o Ensino da Computação, que tem como missão promover a computação /pensamento computacional como prática pedagógica e com a autarquia de Cascais.
9. Atribuição de 90 minutos semanais à disciplina de Educação Visual e à disciplina de Educação Musical no 2.º CEB.
10. Continuidade da centralidade do **Conselho de Turma (CT) na gestão curricular** – mantém-se a urgência de centrar no CT o trabalho de gestão curricular que viabilize a implementação da metodologia *inquiry based learning* (IBL) – eleita como uma das medidas, concomitante à *aprendizagem significativa, que parte dos problemas que emergem da complexidade do mundo real* para concretizar a opção pedagógica estratégica, que consiste na *capacitação do aluno como agente no seu processo de aprendizagem*. Este trabalho passará sempre pela mobilização das aprendizagens estruturantes para efeitos da gestão curricular disciplinar e interdisciplinar, viabilizando a articulação curricular horizontal, em particular, nos casos das disciplinas envolvidas no Projeto Curricular de Turma (PCT). Consolidar no 2.º CEB e nos 7.º e 8º anos do 3.º CEB no formato já adotado, a saber:
 - a. designar três disciplinas em cada turma que se constituirão como disciplinas nucleares do PCT, procurando um registo próximo do de domínio de articulação curricular (DAC), conforme proposto no D-L n.º 55/2018, de 6 de julho. A construção do PCT, da responsabilidade do CT, segue o guião elaborado para o efeito e utiliza a lista de verificação para aferir da sua adequação. Os produtos resultantes dos projetos serão apresentados à comunidade educativa durante dois dias na semana da escola.
 - b. O desenvolvimento dos PCT no Pré-escolar, no 1.º CEB, no ensino secundário e no ensino profissional seguirá a mesma metodologia, utilizando os mesmos documentos de suporte com as necessárias adequações às faixas etárias, sendo os produtos dos projetos apresentados à comunidade educativa em cada escola em dias a agendar durante a semana da escola.
 - c. Organização de espaços de reunião semanal – no 2.º e 3.º CEB - para os PCT/trabalho colaborativo.

- d. Proposta à CMC de formação para capacitação dos professores do concelho - em regime de mentoria - como gestores do currículo, designadamente para desenvolvimento de competências em metodologia de projeto e na promoção da autorregulação nos alunos.
11. Promoção da interdisciplinaridade/transdisciplinaridade, dando continuidade à iniciativa *Cidadania em Projeto* no 9.º ano centrada nos PCT das turmas, mantendo os objetivos de:
- Promover a **Cidadania Ativa** através do estudo dos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**
 - Promover a Metodologia de Trabalho Projeto com recurso a guiões de trabalho construídos por uma equipa informada e coesa de professores, que colabora nas diferentes fases do projeto
 - Reforçar os valores intrínsecos a uma **Escola Associada da UNESCO**
12. O desenvolvimento da Estratégia de Educação para a Cidadania no AEFGA privilegiará as dimensões do bem-estar físico e socio-emocional, em total alinhamento com os resultados da investigação, os quais apontam para que os bons hábitos de saúde física e mental – exercício físico regular, bons hábitos alimentares e higiene do sono - adquiridos na infância e juventude tendem a manter-se de no futuro e a assegurar melhor qualidade de vida. Também o desenvolvimento de competências sócio emocionais, tais como a autoconsciência e a autorregulação se assumem como preditores de sucesso para as crianças na sua vida futura (OCDE 2019)². Acresce que estes fatores são críticos na promoção da inclusão, assumindo-se mesmo como pré-requisitos de melhores e mais efetivas aprendizagens. Os temas a desenvolver, em cada ano de escolaridade no âmbito da Estratégia de Educação para a Cidadania do agrupamento, encontram-se, em anexo, ao presente documento (Anexo 4).
- A Cidadania e Desenvolvimento é coordenada, em cada turma, pelo respetivo diretor de turma. No 1º ciclo a Cidadania e Desenvolvimento, prevista pelo DL n.º 55/2018, integrará o currículo de forma transversal e no âmbito da Oferta Complementar a desenvolver pelo professor titular de turma.
13. Continuidade do CAMPUS - projeto de acompanhamento extraordinário de alunos que necessitam de aprofundar/consolidar algumas aprendizagens estruturantes. Inicialmente concebido para dar resposta à perda de aprendizagens em contexto de pandemia, ganhou sentido, para lá daquele contexto, como instrumento de inclusão que visa colmatar deficiências detetadas no percurso escolar destes alunos. Este programa segue a mesma lógica de gestão curricular adotada nos PCT, partindo de uma história em torno da qual se estruturam as atividades planeadas no âmbito de: da Atividade Física; do Português; da Matemática; das Artes e da Literacia Emocional e tem por público-alvo alunos do 2.ª CEB.
14. Continuidade do Programa de Intervenção Sócio Emocional - Mala do Museu das Emoções, nos termos e com os objetivos definidos no documento que suporta a sua criação.
15. Adoção dos seguintes instrumentos de gestão e desenvolvimento curricular ao nível da prática pedagógica:
- a. Planificador
 - b. Guião para a elaboração do PCT
 - c. Lista de verificação do PCT
 - d. Kontrolas – instrumento para a autorregulação dos alunos (a preencher pelos alunos) com *Template* de Memória descritiva para proceder ao balanço do desenvolvimento do PCT (a preencher pelos alunos)
 - e. Modelo de identificação das aprendizagens estruturantes – preenchimento do campo relativo ao perfil de ciclo
 - f. Rubricas
 - g. Instrumentos variados de recolha de informação
16. Otimização do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE) enquanto instrumento de capacitação digital dos diferentes membros da comunidade educativa e potenciador da diferenciação

² *Core Foundations for 2030* - OECD FUTURE OF EDUCATION AND SKILLS 2030 CONCEPT NOTE © OECD 2019



pedagógica, da metodologia de trabalho de projeto, do trabalho inter e transdisciplinar da articulação entre os diferentes ciclos de ensino (Anexo 8).

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O trabalho de gestão curricular corporiza-se também na organização das atividades de aprendizagem nas suas diversas dimensões, que correspondem a outras tantas condições de operacionalização das opções curriculares, isto é, na organização curricular.

A organização curricular (Anexo 1) materializa-se nos seguintes instrumentos de gestão e organização curricular:

1. Semestralização do calendário escolar (proposta pelo conjunto do AE de Cascais, apoiada pelo município e autorizada pela tutela).
2. Organização das aulas
3. Critérios para formação de turmas/ distribuição de alunos
4. Critérios para distribuição do serviço docente e organização dos horários
5. Orientações para apoios educativos
6. Orientações para clubes/projetos
7. Programa de ocupação de alunos por ausência do professor

OFERTA FORMATIVA

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

8 grupos (JI Abóboda nº2 - 2; JI Rómulo de Carvalho – 3; JI Trajouce – 1; JI Padre Andrade - 2)

ENSINO BÁSICO - 1º CICLO

- 1º, 2º, 3º e 4º anos de escolaridade (DL 55/2018)

OFERTA COMPLEMENTAR – 1º, 2º, 3º e 4º ANO - Educação para a Cidadania;

ENSINO BÁSICO - 2º CICLO

- 5º e 6º anos de escolaridade (DL 55/2018)

ENSINO BÁSICO – 3º CICLO

- 7º, 8º e 9º anos de escolaridade (DL 55/2018)

ENSINO SECUNDÁRIO

- 10º, 11º e anos de escolaridade (DL 55/2018)

Cursos Científico-humanísticos:

- Curso de Ciências e Tecnologias
- Curso de Línguas e Humanidades
- Curso de Ciências Socioeconómicas
- Curso de Artes Visuais

Cursos Profissionais

- Técnico de Ação Educativa
- Técnico de Manutenção Industrial – Variante Aeronaves
- Técnico de Restaurante / Bar



- Técnico Auxiliar de Saúde
- Técnico de Desporto
- Técnico de Apoio à Gestão Desportiva

(Os CP organizam-se tendo como referência o Sistema de Garantia e Qualidade do Ensino Profissional- EQAVET):

Nota: Matrizes curriculares dos cursos em anexos

- PLA – Português Língua de Acolhimento (Curso Português para falantes de outras Línguas - A1+A2)

AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS

A avaliação das aprendizagens, dimensão integrante do processo de ensino e aprendizagem, concretiza as opções pedagógicas estratégicas acima enunciadas e constitui o Anexo 5 a este documento.

ANEXOS

Anexo 1 – Instrumentos de gestão e organização curricular

Anexo 2 – Matrizes curriculares

Anexo 3 – Planificadores

Anexo 4 – Estratégia de Educação para a Cidadania

Anexo 5 – Critérios de avaliação

Anexo 6 – Programa de enriquecimento curricular e apoio à família

Anexo 7 – Projeto I - Centros de Apoio às Aprendizagens (CAA)

Anexo 8 – Plano de ação para o desenvolvimento digital da Escola (PADDE)

Anexo 9 – Projeto de desporto escolar

Anexo 10 – Guião para elaboração de um PCT

Anexo 11 – Lista de verificação – PCT

Anexo 12 – Modelo registo PCT

Anexo 13 – Kontrolas – instrumento de autorregulação (alunos) com *Template* Memória Descritiva (a utilizar no âmbito dos PCT)

Anexo 14 – Modelo para definição das aprendizagens estruturantes e perfis

Anexo 15 – Tutorias

Anexo 16 – Modelo de guião das assembleias de turma

Anexo 17 – Linhas orientadoras do PES

Anexo 18 – EMAEI - Regimento

GLOSSÁRIO

No contexto do presente documento entende-se por:

- a. Aprendizagens essenciais – *conjunto comum de conhecimentos a adquirir, identificados como os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados conceptualmente, relevantes e significativos, bem como de capacidades e atitudes a desenvolver obrigatoriamente por todos os alunos em cada área disciplinar ou disciplina, tendo em regra, por referência o ano de escolaridade ou formação* – alínea b) do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho
- b. Aprendizagens estruturantes – conjunto de aprendizagens prioritárias, identificadas, pelos grupos disciplinares, de entre as Aprendizagens Essenciais, sem as quais não é possível prosseguir na aprendizagem ou, dito de outro modo, *aquelas que, por não se realizarem, originam segregação ou exclusão social e que são dificilmente recuperáveis no futuro* (Coll, Alegre, Essomba, Manzano, Masip, Palou, 2007). A identificação

destas aprendizagens surge na sequência da atualização do Plano de Retoma do Ensino Presencial (**PREP***), depois do segundo confinamento (COVID19), em abril de 2021. A atualização partiu das conclusões de diversos estudos (OCDE; Nova SBE), segundo as quais a maior parte dos alunos não adquiriu as aprendizagens esperadas durante os períodos do ensino a distância (EaD), e materializou-se no esforço de definição das aprendizagens, por ano de escolaridade/disciplina, a privilegiar para efeitos de recuperação dos alunos. O trabalho concretizou-se como exercício de articulação vertical do currículo – as equipas constituídas incluíram professores a lecionar os anos de escolaridade/ciclo para os quais estavam a ser definidas as aprendizagens e por professores a lecionar o ciclo seguinte - e, em alguns casos, também já de articulação horizontal, com a identificação das aprendizagens da disciplina ou área disciplinar em apreço a identificar, igualmente, aprendizagens de outras disciplinas e áreas disciplinares imprescindíveis para o sucesso na primeira. Num segundo momento traçar-se-ão os perfis de aprendizagens por ciclo com descritores de desempenho e níveis correspondentes.

- c. Articulação curricular – *a interligação, realizada a diferentes níveis e modos de interação, de saberes oriundos das componentes do currículo, áreas disciplinares e disciplinas, numa perspetiva horizontal e ou vertical, tendo por objetivo a construção progressiva de conhecimento global;* alínea a) do art.º 3.º da Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto
- d. Campus AEFGA – programa integrado de ocupação de tempos livres com o objetivo de recuperação/consolidação de aprendizagens, da socialização e do bem-estar físico e emocional, composto por atividades desportivas, artísticas, disciplinares e de literacia emocional, a realizar-se anualmente com o objetivo de progressivamente mitigar os efeitos da pandemia em termos educativos. As aprendizagens disciplinares são estruturadas a partir das aprendizagens estruturantes identificadas para cada disciplina ou área disciplinar e são objeto de metodologias ativas visando uma aprendizagem significativa.
- e. Currículo – aprendizagens socialmente reconhecidas como necessárias a todos os cidadãos (engloba os programas e outros documentos orientadores, como as Aprendizagens Essenciais (AE) e o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), a que acresce a aplicação ao contexto escolar de cada escola, mediante o Projeto Educativo (PE), o Projeto Curricular de Agrupamento (PCA), os Projetos Curriculares de Turma (PCT) e, mais individualmente, a prática pedagógica dos professores (Roldão & Almeida, 2018)
- f. Equipas educativas – *o grupo de docentes que lecionam às mesmas turmas as diversas disciplinas, trabalhando em conjunto nas diferentes fases do processo de ensino e aprendizagem, bem como de avaliação, com vista à adoção de estratégias que permitam rentabilizar tempos, instrumentos e agilizar procedimentos;* alínea c) do art.º 3.º da Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto
- g. Gestão curricular, desenvolvimento curricular ou planeamento curricular – operacionalização do currículo/currículo aplicado [parte-se do currículo nacional – Programas, Aprendizagens Essenciais, PASEO (nível macro) para uma primeira aplicação e contextualização no Projeto Educativo da escola (nível meso) que traduz a sua identidade própria numa visão, na missão e nos perfis de alunos e professores correspondentes, concretizados no projeto curricular do agrupamento, (PCA) que, depois, se declina no projeto curricular de turma (PCT) e, mais individualmente na prática pedagógica dos professores.
- h. Matrizes curriculares-base – *conjunto de componentes de currículo, áreas disciplinares e disciplinas, que integram os planos curriculares de âmbito nacional, por ciclo e ano de escolaridade ou por ciclo de formação, bem como a carga horária prevista para cada um deles, que serve de suporte ao desenvolvimento do currículo concretizado nos instrumentos de planeamento curricular, ao nível da escola e da turma ou grupo de alunos –* alínea h) do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho
- i. Opções curriculares – *as diferentes possibilidades de organização e gestão, à disposição da escola, a implementar de acordo com as prioridades por ela definidas, no contexto da sua comunidade educativa, decorrentes da apropriação do currículo e do exercício da sua autonomia, que permitem a consecução das áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória [PASEO];* alínea d) do art.º 3.º da Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto
- j. Organização curricular – organização das atividades de aprendizagem que passa pela: materialização das opções curriculares em matrizes próprias a partir das matrizes curriculares-base; definição da unidade letiva; definição de critérios para a elaboração de horários de alunos e professores com vista à otimização das aprendizagens (Roldão & Almeida, 2018).
- k. Projeto Curricular de Agrupamento (PCA) – 2.ª declinação/aplicação do currículo - corresponde ao segundo nível de apropriação contextualizada do currículo e, conseqüentemente, ao segundo momento de gestão curricular ou planeamento curricular que materializa o PE, definindo opções relativas ao planeamento, à realização e à avaliação do ensino e das aprendizagens
- l. Projeto Curricular de Turma (PCT) – 3.ª declinação/aplicação - corresponde ao terceiro nível de apropriação contextualizada do currículo e, conseqüentemente, ao terceiro momento de gestão curricular ou planeamento curricular que materializa o PCA, concretizando as opções definidas no PCA no processo de ensino, aprendizagem e avaliação em cada turma.
- m. Projeto Educativo (PE) – 1.ª declinação/aplicação – corresponde ao primeiro nível de apropriação contextualizada do currículo e, conseqüentemente, ao primeiro momento de gestão curricular ou planeamento

curricular: parte-se do currículo nacional – programas, aprendizagens essenciais, PASEO (nível macro) para uma primeira aplicação e contextualização no projeto educativo da escola, (nível meso) que traduz a sua identidade própria numa visão, na missão e nos perfis de alunos e professores correspondentes, e estabelece as opções estruturantes de natureza curricular.

- n. Semestralidade – opção pela lecionação de determinada(s) disciplina(s) em semestres
- o. Semestralização – organização do calendário escolar em semestres
- p. Trabalho interdisciplinar – *a interseção curricular, estabelecendo articulação entre aprendizagens de várias disciplinas, abordadas de forma integrada, privilegiando uma visão globalizante dos saberes.* alínea h) do art.º 3.º da Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto

Referências bibliográficas

Conselho Nacional de Educação, Recomendação n.º 5/2024, de 28-05-2024

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Despacho OAL – Despacho Normativo nº10-B/2018, de 6 de julho

Carvalho, B.; Freitas, P.; Peralta, P. & Reis, A. (2021). Aprendizagens perdidas devido à pandemia: Uma proposta de recuperação [Nova School of Business and Economics]

COLL, C. (DIR.), ALEGRE, M.Á., ESSOMBA, M.Á., MANZANO, R., MASIP, M. Y PALOU, J. (2007). Currículum i ciutadania. El què i el per a què de l'educació escolar. Barcelona: Editorial Mediterrània

Machado, E. A. (2020). Sentidos da Escola, Sentidos da Avaliação. Lisboa: Lisbon International Press

OECD (2019). Core Foundations for 2030 - OECD FUTURE OF EDUCATION AND SKILLS 2030 CONCEPT NOTE

OECD (2020), "Schooling disrupted, schooling rethought: How the Covid-19 pandemic is changing education", OECD Policy Responses to Coronavirus (COVID-19), OECD Publishing, Paris.

Plano 21|23 Escola +, Plano de recuperação de aprendizagens